



Processo nº 0019108/2024

PARECER JURÍDICO CEAJ-SMS N° 72/2024.  
IMPUGNAÇÃO AO EDITAL. PREGÃO ELETRÔNICO  
Nº 17/2024. ANÁLISE E PARECER ACERCA DA  
LEGALIDADE.

Data: 12/08/2024

## **I. RELATÓRIO**

Trata-se o presente de consulta formulada pela Secretaria de Saúde acerca de impugnação administrativa ao edital de pregão eletrônico apresentada pela licitante LOCAMEDI LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA., conforme encaminhamento de fls. 3/17.

Em suas razões, a impugnante alega suposta restrição da competitividade e violação ao princípio da isonomia devido ao prazo; ilegalidade no Edital quanto às exigências excessivas referentes à qualificação técnica; ausência de exigência de comprovação dos índices mínimos econômicos previstos em lei; ausência de exigência de necessidade de registro de CRM para realização das atividades da empresa; prazo inexecutável para início da prestação de serviços.

Em contrapartida, a CPL considerou os seguintes aspectos:

- a) Em se tratando de matéria técnica, deve a Secretaria requisitante certificar-se acerca do alegado.

É o relatório.

## **II. DA ANÁLISE E PARECER**

Compete à Administração estipular no instrumento convocatório, sempre justificadamente, as características mínimas que o bem ou o serviço devem reunir e, eventualmente, requisitos obrigatórios decorrentes de legislação pertinente, a fim de assegurar a contratação de um objeto satisfatório e compatível com a necessidade que ensejou a instauração do certame.

Comissão Especial de Acompanhamento Jurídico da Secretaria de Saúde – CEAJ/SMS



Para tanto, as exigências de ordem técnica em relação ao objeto licitado precisam ser justificadas de forma explícita, clara e congruente, com base em pareceres, informações ou laudos técnicos, os quais devem necessariamente fazer parte integrante do processo licitatório.

Ademais, recente acórdão do TCU dispôs sobre a exigência de declarações de qualidade, certificações, laudos técnicos e certificados que estariam em excesso, indo de encontro à ampla competitividade. Sobre o tema, confira o seguinte excerto:

*“É irregular a exigência de atendimento a normas técnicas da ABNT, declarações de qualidade, certificações, laudos técnicos e certificados de conformidade sem a demonstração da essencialidade dessas exigências para se garantir a qualidade e o desempenho suficientes do objeto a ser contratado. (TCU - Acórdão 2129/2021 Plenário)” (grifo nosso)*

Ainda, segundo o Tribunal de Contas da União:

*“REPRESENTAÇÃO. CONCORRÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE SALA-COFRE PARA ABRIGAR CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. IMPROCEDÊNCIA. 1. A obrigatoriedade de observância das normas técnicas da ABNT, consoante o disposto no art. 6º, inciso X, da Lei nº 8.666/1993, não se aplica aos casos de normas de cunho certificativo, mas, tão-somente, àquelas de natureza procedimental, cujo objetivo seja o detalhamento das etapas a serem seguidas na execução de obras e serviços de engenharia;*

*2. Os produtos industrializados cuja certificação de qualidade é compulsória são aqueles definidos em atos normativos do poder público, editados pela entidade governamental legalmente incumbida, bem assim aqueles definidos pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – CONMETRO”. (TCU. Acórdão 1338/2006. Plenário); (grifou-se)*

*“REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO REGIDO PELO DECRETO 10.024/2019. IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE NOVA OPORTUNIDADE DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO AOS LICITANTES, NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, SEM QUE O ATO TENHA SIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROCEDÊNCIA. REVOGAÇÃO DO CERTAME. MEDIDA CAUTELAR PLEITEADA PREJUDICADA. CIÊNCIA AO JURISDICIONADO ACERCA DA IRREGULARIDADE. OITIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NO SISTEMA COMPRASNET. Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para*



sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro." (grifo nosso) (Acórdão 1211/2021, Plenário, Representação, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues).

Conforme se verifica dos autos, ao menos aparentemente, a área técnica adotou as diretrizes consignadas pela jurisprudência, exigindo qualificação técnica adequada, em respeito à competitividade e isonomia do procedimento licitatório, não havendo que se falar em exigências excessivas ou aquém do mínimo, de maneira que não procedem as alegações da licitante.

No entanto, ressalta-se que se afastam da presente análise as questões concernentes a matérias que refojem da competência da procuradoria, na medida em que a sua manifestação é eminentemente jurídica, isto é, distanciada dos aspectos técnicos, econômico-financeiros e discricionários subjacentes, de atribuição das respectivas áreas afins (Acórdão TCU nº 2561/2004 – 2ª Câmara).

Com efeito, o órgão de consultoria jurídica não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos (tais como os meramente administrativos, operacionais, negociais e comerciais, bem como os relacionados a conveniência e oportunidade da Administração, a exemplo de eventuais justificativas e motivações), que são de incumbência legal específica das áreas técnicas e da autoridade atribuída da competência para a prática do ato administrativo.

Isto posto, recomenda-se seja certificado pela Secretaria o atendimento dos requisitos dispostos no presente parecer, bem como avaliadas as argumentações da licitante no que tange à natureza técnica da matéria abordada.

### III - CONCLUSÃO

Comissão Especial de Acompanhamento Jurídico da Secretaria de Saúde – CEAJ/SMS



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Processo n.º 0019108/2024  
Data de início: 05.08.2024  
Fls.

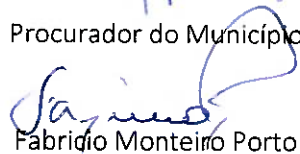
Por todo o acima exposto, esta Comissão opina pela improcedência das alegações apresentadas, bem como pela legalidade e prosseguimento do feito, conforme as razões aqui expostas.

S.M.J., é o parecer.

À Comissão de Licitação,

  
UBIRANY LOPES EVANGELISTA

Procurador do Município

  
Fabrício Monteiro Porto

Procurador Geral do Município

UBIRANY LOPES EVANGELISTA  
PROCURADOR DO MUNICÍPIO  
MAT. 3001306